



CONFERÊNCIAS DE MATOSINHOS

Indústria e Sociedade Portuguesa Hoje

JOÃO MARTINS PEREIRA



PÁGINA A PÁGINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS



CONFERÊNCIAS DE MATOSINHOS

Indústria e Sociedade Portuguesa Hoje

JOÃO MARTINS PEREIRA



PÁGINA A PÁGINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Esta publicação é a transcrição da Conferência proferida pelo Eng.º João Martins Pereira, no dia 14 de Abril de 1994, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Matosinhos, no âmbito das CONFERÊNCIAS DE MATOSINHOS – 1ª série.

Nota de apresentação do conferencista proferida por José Manuel Dias da Fonseca

Minhas senhoras e meus senhores

Apresentar o Eng^o João Martins Pereira significa falar de uma pessoa que tem tido uma intervenção pública com várias dimensões:

– Colaborador regular em revistas e jornais como a *Seara Nova*, *O Tempo e o Modo*, *Vida Mundial*, *Gazeta da Semana* e *Combate* (onde actualmente escreve com regularidade);

– Secretário de Estado da Indústria no 4^o Governo Provisório;

– Autor de vários livros sobre questões ligadas à sociedade portuguesa: o primeiro, *Pensar Portugal Hoje*, publicado em 1971 e o último, *O Dito e o Feito*, publicado em 1989. Entre estas duas datas publicou mais quatro livros: *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, em 1974, *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*, em 1977, *Sistemas Económicos e Consciência Social*, em 1980, *No Reino dos Falsos Avestruzes*, em 1989.

Sendo engenheiro químico de formação João Martins Pereira tem publicado uma série de estudos sobre Economia e, em particular, sobre a Indústria Portuguesa.

As suas análises têm-se pautado por algumas características que é importante registar.

I – Desde logo pelas preocupações metodológicas que sempre têm evidenciado. O rigor na apresentação dos conceitos, seja dos que critica seja dos que utiliza nas suas análises, bem como as preocupações de desenvolver e fundamentar uma argumentação adequada e convincente são características persistente dos seus escritos económicos;

II – Um segundo aspecto a realçar é o seu distanciamento em relação às ortodoxias, seja qual for a corrente de pensamento em que se baseiem. A este

propósito é importante afirmar a sua crítica contundente à chamada teoria neo-clássica em que se fundamentam as estratégias económicas neo-liberais mas também a escassez de complacência para aqueles que, fazendo leituras apressadas da obra de Marx (autor para que remetem as concepções teóricas de João Martins Pereira), mais não fazem do que repetir até à exaustão aquilo que aquele afirmou em relação à Europa de há um século atrás como se um século de história fosse irrelevante;

III – De seguida é de salientar a procura de aplicação dos conceitos e dos métodos de análise económica que desenvolve ao estudo da realidade portuguesa, dando origem a caracterizações desta realidade que ainda hoje constituem referências fundamentais para os estudiosos da Economia Portuguesa (tal como constituíram material de estudo obrigatório de várias gerações de estudantes de Economia entre os quais aliás me incluo), sempre numa dupla perspectiva: analisar e interpretar a realidade portuguesa mas também propor orientações de estratégia de actuação económica;

IV – Por último é de referir a importância do tema do *quotidiano* na obra de João Martins Pereira. E aqui penso encontrar um dos contributos maiores da obra desta autor. Com efeito a introdução das preocupações com o quotidiano traduz uma postura raramente assumida nos estudos de Economia, essencialmente em duas perspectivas: a primeira que remete para a importância de entender que os mecanismos económicos fundamentais que relevam do nível nacional, não nos devem levar a ignorar o nível individual; a segunda que traduz na valorização de um certo número de temas normalmente desvalorizados pelos economistas como são os temas de família (enquanto instituição também com um função económica em termos de reprodução de indivíduos e de comportamentos) e de afectação dos tempos de trabalho e de lazer.

O carácter quase histórico destes textos económicos (escritos na década de 70) e o rigor de análise a que este autor nos habituou, justificam assim a nossa curiosidade e interesse sobre as suas reflexões sobre o tema **INDÚSTRIA E SOCIEDADE PORTUGUESA HOJE**.

Tema que é difícil ser mais actual.

Vítima duma estrutural volatilidade, a política industrial portuguesa parece não mais assentar ideias. Quando a coisas pareciam estar a acalmar, um estudo encomendado a um célebre e caro consultor americano lança de novo a confusão, crescendo a ansiedade de uma visão crítica e serena do que fazer com o nosso modelo industrial. O tema é aliciante e, do meu ponto de vista, o Eng.º João Martins Pereira é hoje das pessoas mais qualificadas para, em conjunto connosco o abordar.

Câmara Municipal de Matosinhos, 14 de Abril de 1994

INDÚSTRIA E SOCIEDADE PORTUGUESA HOJE

Tenho de começar, como é natural, por agradecer à Câmara de Matosinhos por me ter convidado a vir aqui. Tenho o maior gosto e o maior prazer em estar convosco.

Depois da apresentação feita pelo Dr. José Manuel Fonseca, calculo que vos vou desiludir, e muito.

Primeiro, porque preparei uma exposição em que irci evitar a expressão de conceitos muito rigorosos, que de algum modo poderiam tornar pesado o discurso. E depois porque infelizmente não estamos em altura de, pense-se muito ou pouco sobre estas questões, poder avançar com propostas para futuro muito concretas e seguras.

De qualquer modo, gostava de vos fazer um “aviso prévio”: vou ser um pouco exagerado. E vou sê-lo, por um lado, porque em certa medida me está na natureza, mas talvez sobretudo porque, a meu ver, escasseia a tal ponto o debate relativamente aprofundado sobre estas matérias, que não se perde nada, quando há oportunidade para o fazer, em se pintar um quadro com pinceladas fortes a fim de, justamente, estimular o debate.

Começo por dizer que o fio condutor desta exposição se situa à volta das ideias – propositadamente não digo “conceitos” – de abertura e isolamento. Melhor dizendo, da dialéctica (expressão em desuso) entre abertura e isolamento, coisa de que até se fala com alguma frequência, mas considerando sempre, por princípio, que “tudo o que é abertura é bom”. Em três tópicos sobre a indústria e outros tantos sobre a sociedade, irei discutir um pouco as bondades e as eventuais maldades da abertura ou da não-abertura, e o que por isso se pode entender, nuns casos e noutros.

E ainda antes de entrar no assunto, proponho-vos uma pequena “provação”, ao recordar uma frase interessante de um filósofo francês do século passado. Dizia ele que “entre o forte e o fraco, é a lei que liberta e a liberdade que oprime”. Ora liberdade e abertura são coisas obviamente muito próximas. A tradução popular e actualizada desta máxima, fê-la alguém em Portugal, há uns anos, ao referir-se à abertura económica como podendo não ser mais do que a “raposa livre em galinheiro livre”.

Vamos então aos três grandes temas relativos à indústria (internacionalização, especialização, incentivos), a partir de breves histórias.

A primeira diz respeito a um inquérito recente, em que participei, sobre pequenas e médias empresas. A propósito de mercados, pedia-se a certa altura aos inquiridos para dizerem quem consideravam ser “os seus principais concorrentes nos seus principais mercados”. Curiosamente, no caso de sectores como o vestuário e o calçado, fortemente exportadores, as respostas largamente maioritárias eram: os concorrentes portugueses. O que é estranho, porque se sabe que, nos nossos principais mercados de exportação destes produtos, os concorrentes mais perigosos (veja-se as discussões no GATT, os problemas relacionados com o chamado “dumping social”, etc) são os de países da periferia mediterrânica e do Extremo-Oriente. Que quer dizer então essa resposta ?

Quer dizer que se trata de empresas que, trabalhando dominante ou totalmente em sub-contratação para um único ou poucos clientes, estão completamente isoladas de facto dos seus mercados finais no estrangeiro. Daí terem a percepção de que os seus concorrentes mais ameaçadores são os “ali da esquina”, as empresas da vizinhança que são igualmente visitadas pelos potenciais clientes estrangeiros, o que as obriga a baixar os preços se quiserem ficar com a encomenda.

A exportação é, ninguém o discute, uma forma importante de abertura da economia. O facto de Portugal ter um comércio externo (exportações mais importações) que passou de 40% do PIB por volta de 1968/70 a mais de 70% hoje, decorreu de uma abertura considerável das fronteiras económicas, por sucessivos processos que culminaram na da própria integração europeia. Mas, de facto, no caso *daqueles* exportadores concretos, isso não aconteceu: eles exportam muitos milhões de contos no seu conjunto, sem minimamente conhecerem os seus mercados ou os seus concorrentes. Isto é, *a forma* como é efectuada a exportação *isola* as empresas, em lugar de as abrir aos mercados externos.

Temos assim um exemplo de um processo geralmente considerado de “abertura” e que, em determinadas circunstâncias, conduz a um isolamento de que é difícil sair. Infelizmente, julgo não existir em Portugal nenhum estudo sério e completo sobre o fenómeno da sub-contratação. Por isso mesmo não se sabe sequer qual a percentagem das exportações de vestuário, calçado ou artigos de plástico (ou outros sectores) que é feita em sub-contratação, o que é extraordinário. Mas sabe-se, isso sim, como é difícil passar de uma situação de exportador sub-contratado à de exportador autónomo. Ainda há poucos dias, num debate na SIC sobre os problemas do têxtil e do vestuário, os empresários presentes o reconheceram: é preciso uma rede de distribuição no estrangeiro, é preciso impor marcas próprias, tudo isso custa um dinheirão, e nem sequer é uma questão apenas de dinheiro. É uma questão de recursos humanos, de contactos externos, de imagem, de risco, enfim, levanta uma quantidade de obstáculos que pequenas empresas não estão simplesmente em condições de ultrapassar.

Portanto, primeiro ponto, a chamada internacionalização, de que a pri-

meira etapa é sempre a exportação, pode ser abertura e pode não ser abertura. Pode parecer abertura e, na realidade, não o ser.

O meu segundo ponto tem que ver com as questões de especialização.

Nos últimos meses, surgiram alguns trabalhos sobre a evolução da especialização industrial portuguesa. Não trazem grandes novidades. Quem desconhece, por exemplo, a importância que vieram a ganhar, nos últimos dez ou quinze anos, as indústrias do calçado e de componentes para automóvel? Desta nos ocuparemos mais adiante.

Já merece alguma atenção o facto de, em alguns desses estudos, vir a lume um aparente entusiasmo quanto à crescente exportação de produtos eléctricos e electrónicos, chegando um comentador económico a falar, a propósito disso, de uma “inesperada agilidade dos empresários portugueses”. A tônica é de uma certa satisfação, se não mesmo “alegria”, por se descobrir que, afinal, não temos só têxtil, cortiça e calçado, mas também “somos capazes” em indústrias de tecnologia mais avançada.

Ora bom, sabendo que essas análises se baseiam na evolução das exportações, eu pergunto: que espécie de produtos eléctricos e electrónicos passámos nós a exportar na última década?

Basta examinar as estatísticas para verificar que a importante parcela que nessas exportações representam as cablagens para automóveis, com várias unidades instaladas nesse período. Sucede que, embora pertença à categoria dos produtos eléctricos, se trata de uma indústria de tecnologia ridícula, de mão-de-obra feminina intensiva e, ainda por cima, condenada a médio prazo por um novo sistema electrónico (a multiplexagem), que dispensa os cabos eléctricos. É uma actividade totalmente nas mãos de multinacionais, que só nos traz postos de trabalho não-qualificados.

Outros produtos eléctricos com peso nas exportações são os auto-rádios, sistemas de ignição, os pequenos transformadores e coisas do género, tudo actividades essencialmente de montagem (em que se destacam a Ford e a GM), cujas características não se afastam muito da anterior. Nada disto tem, pois, que ver com qualquer agilidade de empresários nacionais, praticamente ausentes destas áreas. São actividades mais ou menos do tipo daquelas a que o Eng^o Rogério Martins chamou uma vez de “novos beduínos”, que um bela dia desmontam a tenda e não deixam mais do que desemprego desqualificado.

O mesmo se dirá, em boa parte, dos electrodomésticos: uma marca italiana aproveita as instalações de uma empresa encerrada, e põe-na a fazer frigoríficos, depois compra a Fábrica Portugal e diversifica a produção; outra instala-se no espaço da antiga Sado Internacional falida e lá vai montar também electrodomésticos, etc, etc. Mais uma vez, contam-se pelos dedos os ágeis empresários portugueses neste sector. Tudo isto nos deixa pouco valor acrescentado, sobretudo nos planos técnico, organizativo, tecnológico e de qualificação de recursos humanos.

Passemos então ao caso muito particular da indústria automóvel, sobretudo dos componentes-auto. Esta é de facto a única inflexão substancial na especialização industrial portuguesa, que resultou de uma decisão de política industrial e suscitou, aqui sim, uma resposta ágil de numerosas empresas locais. E, note-se, tudo isto muito anterior à integração europeia e ao PEDIP: se não estou em erro, foi o Eng^o Nobre da Costa (quando Ministro da Indústria, em 1976/77) quem traçou as linhas do acordo com a Renault e da política de incentivos aos outros operadores do sector (aumento de contingentes de importação de carros em função da exportação de componentes). O que nos trouxe este processo?

Antes de mais trouxe-nos um sector praticamente novo de produção de componentes, que tem exportado nos últimos anos mais de 200 milhões de contos. Depois, trouxe-nos uma área de sub-contratação exigente, a chamada sub-contratação de especialização, por oposição à de capacidade - a do vestuário e do calçado, em que as empresas se limitam a reproduzir, segundo um modelo dado, um produto final de baixa tecnologia. Aqui (nos componentes), pelo contrário, produzem-se peças e sub-conjuntos segundo rigorosas especificações de qualidade e prazo, e utilizando tecnologias bem mais sofisticadas. Isto requer organização e pessoal altamente qualificado, sendo essas qualificações transponíveis para outras indústrias (caso, por exemplo, dos mecânicos de precisão), o que é muito importante. Mais ainda, num país que tem dificuldade em impor marcas próprias no estrangeiro (já o referi há pouco e acrescento, de passagem, que, segundo me informou um industrial de calçado, um sapato português rigorosamente igual a outro italiano se vende na Europa a 1/3 do preço deste último: como vamos competir com a imagem do design italiano?), a produção de bens intermédios, como os componentes, contorna esse obstáculo. Com efeito, não precisa de marca para se impor, basta "saber-se" que a empresa fornece a Renault ou a Ford. A qualquer outro fabricante de automóveis, japonês ou alemão, basta esse "cartão de visita" de garantia de qualidade.

Enfim, convém dizer que a chamada "indústria de componentes" abrange um leque muito variado de actividades industriais, e não só, como poderiam deduzir do que disse, componentes mecânicos ou eléctricos. São vidros, pneus, carroçarias, estofos, etc. Mas todas elas sujeitas a idênticas regras de funcionamento e exigências de organização e qualidade.

E aqui abro um breve parêntese para mencionar outra indústria com características semelhantes, caso único em Portugal de iniciativa, diria quase milagrosa, de empresários portugueses: a indústria de moldes para plástico. Também a ela (como à das ferramentas mecânicas) basta referir a lista dos seus clientes internacionais para não necessitar mais do que, obviamente, apresentar preços competitivos.

Mas voltemos ao automóvel, para examinar agora os riscos desta especialização. Antes de mais, ninguém sabe qual vai ser o futuro da indústria

automóvel. e da europeia em particular, nos próximos anos. Mas sabe-se, isso sim, que a evolução técnica e tecnológica se irá acelerar cada vez mais, com a introdução de novos dispositivos, de novos componentes, de novos materiais. As revistas da especialidade estão povoadas de novidades, já em aplicação ou em estudo ou desenvolvimento. Basta ver: quem sabia em Portugal há dois anos o que era uma direcção assistida? há seis meses o que era um *air bag*? quem sabe hoje o que é um ABS? E, no entanto, uma parte já considerável de carros de série americanos e japoneses já incorporam essas “novidades” nos seus próprios mercados, e elas serão correntes no mercado europeu a curto prazo.

Isto significa uma enorme pressão sobre os fornecedores sub-contratados. Dou-vos apenas um exemplo, esse de sucesso, em Portugal: um fornecedor de pára-choques metálicos à Renault, que se viu confrontado com a passagem, nos novos modelos, ao pára-choques de plástico. Isto significava simplesmente mudar de indústria e de especialização do pessoal, reconvertendo-o do metal para o plástico. Pois foi o que fez a empresa, revelando, aqui sim, a tal agilidade empresarial não tão comum entre nós. Agora imagine-sc o que é isto multiplicado pela imensa variedade de componentes que irão no futuro ser substituídos por outros, muitos deles de novos materiais.

Não será por acaso que na lista de fornecedores do projecto Ford/VW já é muito maior o número de empresas estrangeiras e de joint-ventures entre empresas nacionais e estrangeiras. Ainda assim, é sem dúvida um novo e importante impulso ao fabrico de componentes em Portugal.

E, pois, uma especialização de risco. Esperemos que, no dia em que a indústria automóvel europeia venha a declinar (se for o caso) e deixe Portugal, outros fabricantes de outra origem lhe tomem o lugar. Ou cheguem outras indústrias, que hoje não adivinhamos. Na realidade, com estes exemplos, eu quis apenas salientar que se pode ter sucesso e ganhar qualificação sem precisar de lançar marcas próprias no mercado internacional. Mas aproveito para recordar o meu ponto inicial: seja a especialização que resulte deste processo mais ou menos interessante, a decisão sobre ela é-nos “imposta” por outros, os que detêm a tecnologia e os mercados. Em regime aberto, é o forte quem decide ...

Enfim, o terceiro ponto sobre a indústria, partindo também de uma pequena história. No mesmo dia, por mera coincidência, caíram-me na frente a última versão (na altura) dos projectos de regulamentação do novo PEDIP e um número da revista americana “Fortune”. Abri este e dei com um enorme artigo intitulado “Welcome to the Revolution” (“Bem Vinda a Revolução”), tratando do que “está para vir”, ou já está em curso, à escala mundial, em particular no mundo económico e dos negócios. Faço-vos apenas duas breves citações. Na primeira, um consultor americano põe a seguinte questão: “Se hoje 5% da população activa chega para nos alimentar (refere-se obviamente aos países que se podem dar a esse luxo), o que sucederá quando outros 5% chegarem para produzir todos os bens e serviços de que necessitamos?” Deixo-vos isto para

reflexão, pois não tem directamente que ver com esta minha conversa. O mesmo não sucede com a segunda, essa de um empresário americano. Diz ele: “No dia em que o meu concorrente alemão faz qualquer coisa, eu tenho de reagir imediatamente. Estou-me nas tintas para as taxas de juro, para a retoma da economia ou seja para o que for”.

Ler coisas destas é um autêntico soco no estômago, quando se está em Portugal, e sobretudo quando se tem pela frente os projectos de diplomas do PEDIP. Os exemplos-limite (caso daquele empresário, certamente não representativo do empresário-médio americano) têm pelo menos essa virtude. Pois bem, no momento em que o tal empresário tem de “reagir imediatamente” (o que supõe, note-se, uma informação precisa sobre o que faz o seu concorrente alemão), o empresário português vai dedicar o seu tempo, a sua inteligência e a dos seus melhores colaboradores a decifrar aquele conjunto de programas, sub-programas e medidas, saber em que casos se pode candidatar, se os incentivos vão ser a fundo perdido ou reembolsáveis, que limites, que majorações, que exclusões, que formulários, que cálculos e ponderações, que prazos, etc, etc. A indústria portuguesa está justamente neste momento semi-paralisada, como se fosse partir para uma corrida de 100 metros, ou para uma maratona, à espera de se poder dedicar a esse exercício, quando as versões definitivas lhe propiciarem os ansiados milhões de contos que se anunciam.

A vossa bem conhecida Vice-Presidente da A.I.Portuense intitulou recentemente um artigo “A droga”, em que dizia a certo passo: “Mal se pensa (os empresários) em concretizar seja o que for, a primeira coisa a saber, muito antes da sua viabilidade, é a disponibilidade de apoios”. E é natural que seja assim: se há apoios, se há dinheiro, estou-me mas é nas tintas para o meu concorrente alemão, se é que sei quem é, se é alemão, e o que anda a fazer.

Avisei-vos de que ia exagerar um bocado, e é justamente o que acabo de fazer - para vos dar uma ideia de “distância”, não para vos dizer que os empresários portugueses “deviam” tomar aquele como padrão. Aliás, ainda estamos numa espécie de ante-câmara que é a Comunidade e o Mercado Europeu, o que nos tenta a pensar que aquilo de que fala o americano “não é nada connosco”. Mas será bom não ignorar o que vai também pela Europa, onde é imparável a onda de fusões, concentrações, acordos e joint-ventures entre grandes empresas, europeias e extra-europeias (a venda de toda a linha branca da Philips à Whirlpool, os acordos na área automóvel, na electrónica e nas telecomunicações, etc). Sem falar na própria forma de produzir e vender: uma grande marca francesa de máquinas para plástico subcontrata hoje tudo, incluindo mesmo a montagem final das máquinas, que apenas concebe, projecta e comercializa, tendo praticamente abandonado a actividade industrial.

É isto que se passa à nossa volta. Enquanto isso, nós debatemo-nos com duas carências fundamentais, que reflectem (ou determinam, conforme a perspectiva) muitas outras: não dominamos as tecnologias, nem os canais de

distribuição externos, factores cruciais de penetração nos mercados internacionais. Sem isso, a nossa capacidade de escolha autónoma, por exemplo das áreas em que nos “queremos” especializar, é muito limitada. O que nos coloca numa posição inevitavelmente subalterna – a subalternidade da tal “abertura desigual”. Mas recorde-se: é essa a posição de 99% dos países deste mundo (a maioria, aliás, bem mais carentes do que nós), não é nenhuma insuportável vergonha. É, simplesmente, a realidade, que convém olhar de frente, se não quisermos esta permanentemente a iludir-nos.

Que fazer, então? É simples: manda-se fazer um estudo ao Porter, ele há-de encontrar solução para estas coisas. E o que faz ele? É também simples: ele tem um método de identificação dos factores de sucesso e de competitividade, que aplicou aos países desenvolvidos (ou em fase de acentuado crescimento). Chega a Portugal, e vai aplicar esse método a um problema distinto: que fazer para nos tornarmos competitivos, para conseguir um desenvolvimento industrial “avançado”? E Porter responde, no essencial: tendo o que têm os países desenvolvidos, isto é, criando os *factores* que estiveram (ou estão) na base do seu desenvolvimento. Se eles têm “clusters” fortes, indústrias de apoio, procura sofisticada, viva competição interna, etc, etc – é isso que vocês *têm* de ter. Vejamos apenas alguns breves exemplos do que nos propõe, sem obedecer a qualquer ordem.

Segundo ele, “Portugal tem de descobrir o que tem de único, especial e diferenciado”, em termos de factores potenciadores de desenvolvimento. Pergunto: algum país se terá desenvolvido por *se ter posto* (quem?) a descobrir o que lá havia de único e especial? Na realidade, excluindo os recursos naturais, julgo que nenhum país tem algo de tão especial e diferenciado, à partida, que, só por si, explique o seu nível de desenvolvimento. Como julgo que ninguém pediu ao sr. Porter que fizesse de Portugal um caso “único”, mas tão só o que deveria fazer para se tornar mais competitivo nos mercados internacionais.

Depois, “Portugal deve desenvolver uma procura exigente e sofisticada”. Pergunto: como é que se faz isso? Em Portugal a procura tem vindo gradualmente a tornar-se-mais atenta e mais exigente, mas não porque se tenha feito muito para o conseguir: sobretudo devido à importação de produtos estrangeiros, de melhor qualidade, mais variedade, produtos novos, etc.

Também se recomenda que “se multipliquem os casos de sucesso”. Mas de novo não se diz como, e é óbvio que não se trata de uma questão de vontade. Porter refere que “não há nenhum país no mundo que seja competitivo em tudo”, o que é verdade. Mas também é verdade, e não o recorda, que não há país nenhum no mundo que não tenha meia dúzia de casos de sucesso. Nós também temos, porventura ao nível das centenas. É preciso mais. Como se “desencantam”? Em que áreas? E aí Porter avança com algo mais concreto.

“Partir dos ‘clusters’ em que já somos bons, em que já temos experiência”. É uma ideia aparentemente interessante, que tem pelo menos a virtude de

afastar as miragens das “indústrias de tecnologias avançadas” com que muitos andavam a sonhar. Mas não é nova: outros, com menos “nome” já tinham ousado dizer coisas parecidas. E “clusters”, no sentido porteriano, é coisa que na realidade não existe em Portugal, ao contrário do que repetidamente refere. O que temos são apenas “partes” de clusters externos: é lá fora que estão as “bases domésticas” (a investigação, os centros de decisão estratégica) bem como as indústrias e serviços de apoio, a tal procura sofisticada, etc. Porter não salienta o facto, crucial, de que em Portugal o sector metalomecânico não representa mais de 20 % da produção industrial, e só uma parcela disso são máquinas industriais, geralmente pouco sofisticadas. Não há nenhum país industrializado com tão baixa incidência da produção de bens de equipamento, em que quase toda a tecnologia moderna tem de ser importada. Sem isso, que “clusters” fortes poderão existir? Só por si isto leva-nos a pôr em dúvida o optimismo de Porter quando nos anuncia que “Portugal tem potencial para ser um competidor com significado e bem sucedido no mundo moderno”.

Em resumo, o que nos diz Porter é um pouco a mesma coisa que dizer ao Estoril-Praia ou ao Trofense: “Vocês querem discutir o título da Divisão de Honra? É muito simples, têm só que ter três ou quatro craques estrangeiros muito bem pagos, têm de ter uma organização moderna e eficiente, tipo empresarial, grandes patrocínios, contratos com a televisão, etc. De que é que estão à espera?” Pensam que o Estoril-Praia ou o Trofense vão levar isso a sério? Estranho é que tantos pareçam acreditar nos desígnios que Porter nos promete...

E é tempo, já bem pouco, de passar à “sociedade”. Por isso, longe de aprofundar a análise, vou-vos deixar apenas alguns tópicos de reflexão relativamente ao poder, e aos contra-poderes.

Quanto ao poder limito-me a ler-vos alguns breves extractos de um artigo publicado por um economista português há cerca de 15 anos, a propósito das relações dos economistas com o poder político. Dizia ele: “A ideia do político como criatura dedicada à prossecução dos interesses da sociedade como um todo é hoje considerada um mito pela generalidade dos economistas”. Na realidade, “o objectivo da acção pública é geralmente considerado como a maximização do bem-estar social”. Mas verifica-se que “as decisões públicas são tomadas pelos políticos na base do seu próprio bem-estar e não no interesse da sociedade como um todo”. “O seu interesse principal é serem reeleitos de modo a permanecerem no poder”. Depois exemplifica: “Pela sua rentabilidade eleitoral, os políticos tendem a favorecer a escolha de alternativas em que predominam benefícios directos, imediatos e de fácil percepção, e custos indirectos, distantes no tempo e não facilmente identificáveis”. Concretizando: “Do ponto de vista do interesse privado do político, é muito mais importante o acto de se construir uma barragem (numa zona) onde o seu partido domina, do que o facto de daí resultar um benefício social líquido a nível nacional”, e “é mais rentável a apresentação de novos projectos e o lançamento de grandes obras

públicas, o que certamente é publicitado pela comunicação social (...) do que promover a execução e administração eficientes de programas públicos, o que não atrai grandemente a atenção dos jornalistas”.

Isto foi escrito em 1978 pelo hoje primeiro-ministro português, na revista “Economia”, quando ainda se interessava pelas questões da *public choice* (e foi “trazido à tona” muitos anos depois pelo arguto Nuno Brederode, nas páginas do “Expresso”). Há que reconhecer que, em termos de filosofia do poder, tivemos um aluno aplicado que tem cumprido à risca aquilo que então pensava (criticamente) dos políticos ... Ainda há poucos dias, talvez sem se lembrar de tal artigo, o Prof. Alfredo de Sousa concluía um texto sobre a entrada do escudo no SME do seguinte modo: “Estas peripécias e inépcias mostram bem a flagrante incompetência de uma política económica unicamente orientada pelos ciclos eleitorais e para a conservação do poder”. Pelos vistos, os economistas continuam a pensar o mesmo dos políticos. Mas seria um exagero, não meu neste caso, generalizar a *todos* os políticos.

O poder que temos é este. Democrático, claro, legitimado pelo voto, etc. Mas quando o ouvimos assumir-se, e é frequentíssimo, como depositário e agente do “interesse nacional”, não será mau ter presente aquele juízo impiedoso sobre os políticos feito em 1978 por um então ignoto economista.

Mas se o poder é esse, “fechado” na gestão dos ciclos eleitorais (e na sua maioria inexpugnável), que dizer da “sociedade”? É corrente ouvir-se dizer que uma opinião pública, uma “sociedade civil”, esclarecidas (“abertas”, motivadas) constituem contra-poderes indispensáveis ao poder político e aos seus eventuais abusos. Trago-vos três breves tópicos, aliás muito interligados: o debate de ideias, a participação, a capacidade de iniciativa dos cidadãos (ou seja, da tal “sociedade civil”).

Quanto ao primeiro, não existe, a meu ver, hoje em Portugal algo a que propriamente se possa chamar debate ou confronto de ideias. As “ideias” estão hoje no mercado, em concorrência (se não convivência ou promiscuidade) com a “informação” e com as mensagens publicitárias. Ideias, opiniões, notícias, anúncios, etc renovam-se (é uma maneira de dizer) constantemente, freneticamente, sem nos darem sequer tempo para um mínimo de reflexão. Nem é esse, de resto, o seu objectivo. Lê-se um artigo ou uma crónica num jornal diário, que até dava para pensar, mas não há nada a fazer: há mais meia dúzia que não chegamos a ler, no dia seguinte outros tantos, e as notícias de cada dia, e logo à noite um debate na TV, e assim todos os dias, todas as semanas. E como o próprio ritmo de vida é semelhante, não há tempo, nem motivação, para reflectir alguns minutos que seja sobre este ou aquele tema, nem mesmo para o reter de entre essa catadupa de “informação”. Parece considerar-se que o cidadão comum não suporta “ideias” mais do que uma apressada meia página de jornal, uns minutos na rádio, outros tantos na TV, neste caso sempre a cortar as intervenções, a mover as câmaras, a interromper com anúncios, sempre a distrair o

espectador, para que ninguém se aborreça com essa coisa supostamente intragável que é o “debate de ideias”. Por isso mesmo ele não chega a existir, dando lugar a uma mera troca sincopada de opiniões.

Ora não haver debate de ideias significa que uma sociedade não se questiona, não se põe problemas a si-própria. De certo modo, que não está viva. É apenas uma sociedade que entrou na passividade do espectáculo permanente e permanentemente renovado.

Posso dizer-vos que já tenho encontrado, nessa voragem informativa, alguns textos interessantes, colocando questões de fundo, que poderiam ser excelentes pontos de partida para um debate de ideias. Mas lidos num diário, à pressa, e escritos por alguém que aparece a toda a hora na televisão, a toda a hora na rádio, alguém que se banalizou falando de tudo um pouco – quem vai dar por que um belo dia escreveu algo importante, que valeria a pena discutir?

Sobre a “participação”, deixo-vos quase só algumas interrogações. Alguma vez se terá estimulado mais a “participação” do que hoje? Para quantas dezenas de números de telefone somos todos os dias instados a ligar (ligue já!), para saber tudo e mais alguma coisa, para resolver problemas ou “fazer contactos”, para encomendar produtos (encomende já!), para nos candidatar aos concursos (concorra já!), para dar opiniões pré-fabricadas sob a forma de “sim” ou “não” (responda já!)? (a propósito, contaram-me de um programa televisivo justamente sobre os “concorrentes a concursos”, em que uma senhora confessou que manda 1500 boletins por semana, que tem os pais já idosos arregimentados para lhos recortar e preencher, e que, de algum modo, vive disso: já mobilou e equipou a casa toda, fez viagens, etc, etc.) Se juntarmos os inquiridos de rua, as sondagens de opinião, as páginas de “opinião”, os comentadores de rádio e TV, e por aí fora, não será isto uma sociedade altamente informada, opinativa, participativa? Última questão: existe nisso tudo, verdadeiramente, *participação*, no sentido de “intervenção” política e social, de tomada de posição democrática sobre as grandes e pequenas questões da sociedade em que vivemos?

Quanto à iniciativa própria dos cidadãos, individualmente ou em grupo, basta-me alargar à sociedade o que já referi a propósito da indústria: a obsessão do subsídio, venha de onde vier. Porque não há só o PEDIP. As fontes de “apoios” são múltiplas: os “fundos europeus” para a agricultura, pescas, comércio, turismo, educação, ciência, obras públicas, ambiente, energia e formação profissional, a SEC, a Comissão dos Descobrimentos, o Instituto da Juventude, a Lisboa-Capital Cultural, a FLAD, a Fundação Oriente, a Gulbenkian, os mecenases, até as Câmaras e mesmo a Presidência da República – e esqueceram-me outros tantos.

É claro que há muitas coisas que dificilmente se fariam, em particular na área cultural, sem apoios financeiros externos. Os próprios beneficiários o reconhecem, embora possam discutir critérios e discriminações de vária ordem (política, por exemplo.). Mas também aí, e faço um breve parêntese, temos o caso

de “voracidade subsidiante” da Lisboa-Capital Cultural, em que, para além dessas tais excelentes coisas que de outro modo não se fariam, se assiste a um verdadeiro “açambarcamento” de toda e qualquer iniciativa, que alguém se lembre de ter em qualquer canto da cidade: a troco de qualquer apoio eventualmente insignificante, talvez só o anúncio de jornal, o logotipo da Lisboa-94 aparece a apadrinhar tudo e mais alguma coisa. Daqui resulta, para além do mais, um “programa das festas” a tal ponto avassalador que, em lugar de atraente e mobilizador, se torna simplesmente intragável e dissuasor, sobretudo para o público não vocacionado para uma área específica, como é o caso da larga maioria.

Mas voltando ao tema, o que gostaria de salientar era o facto de que, em todos os domínios para que há subsídios (e é quase *tudo*), acaba por se fazer aquilo que alguma entidade – pública, na maioria dos casos – decidiu que se fizesse, em nome do mercado, da audiência, ou seja do que for. Porque, ao dispor de capacidade de “aprovar” ou “não aprovar”, são em definitivo os funcionários (competentes ou não, pouco importa) quem decide. Não é o empresário (ou o promotor de qualquer iniciativa) que diz “eu quero fazer isto, vamos lá ver como arranjar o dinheiro”. Não. Ele diz “vou fazer isto de maneira a que encaixe em tal diploma (ou programa de apoios), e depois sujeitar-me-ei, para que mo aprovem, a que me sugeriram alterações, me discutam as ideias, etc etc.” A aprovação final terá sempre um certo sabor a uma “expropriação” da iniciativa. E o promotor ficará sempre com a sensação de que, sem o subsídio, não teria sido capaz de concretizar o seu projecto.

Exagerando, uma vez mais, quase se poderia dizer que em Portugal nada se faz hoje que não seja apoiado pelo Estado. É um exagero porque, obviamente, ainda há muito quem arranque com ideias, projectos, iniciativas por conta própria (este ciclo de conferências até pode ser um bom exemplo). Mas não será inútil interrogar-nos sobre se, excluído o período da ditadura, alguma vez os cidadãos (e grupos de cidadãos) terão estado tão extensivamente sujeitos à tutela do Estado como hoje, isto é, se esta terá alguma vez atingido um tal número de pessoas e um tão vasto leque de actividades. Não há dia em que eu não tenha conhecimento de alguém, gente bem-intencionada, não ponho em dúvida, que está a tentar “sacar algum” a qualquer entidade.

Neste sentido, haverá que observar que, em regime teoricamente “aberto” de democracia e liberdade, se chegou na prática a uma rede “fechada” de dependências que ligam, de forma pouco saudável, os cidadãos ao Estado.

A finalizar, a questão que tantos se põem: Portugal vai apanhar o comboio – entenda-se, o da Europa mais desenvolvida? Parece-me evidente que Portugal, no plano europeu, tem permanecido no “campeonato do Estoril-Praia” e nele irá continuar. Mesmo utilizando o indicador mais apreciado pelos que nos anunciam maravilhas, o PIB *per capita*, Portugal não se terá aproximado da média europeia mais do que dois pontos percentuais nos últimos dez anos. O que não chega para apanhar comboio nenhum.

Existem, de resto, estudos universitários recentes de história económica que sugerem (dada a insegurança dos dados para anos mais recuados) ter Portugal vindo a manter sensivelmente a mesma distância face aos países europeus mais avançados ao longo deste século. Isto é, que o seu atraso relativo vem já do século passado. Estranho seria pensar que, de um momento para outro, dependentes do exterior e, como vimos, do próprio Estado, conseguíssemos fazer o que Porter nos promete e descobrir não sei o quê que nos fizesse apanhar os salários, a produtividade, a competitividade, as condições de vida, dos líderes do pelotão. Isso, sim, seria tão surpreendente e mesmo milagroso, que teria lugar, como excepção, em todos os manuais que virão a folhear as gerações futuras...

Mas isto não significa que Portugal vai parar no tempo, vai estagnar. Se foi mantendo a distância, é porque evoluiu, “melhorou”, como se melhora sempre. A minha visão não é catastrofista: Portugal irá continuar a “crescer”, a mudar; continuará a haver iniciativas, investimento; declinarão algumas actividades e surgirão outras, etc, etc. Nada faz pensar, a menos que surja uma crise de grande escala, ou qualquer imprevisível perturbação, que Portugal não siga acompanhando a evolução dos outros países, mas sempre subalterno, sempre periférico, sempre determinado pelo exterior, sempre em défice de soberania. Mas não de “identidade”, por mais nebuloso e controverso que seja o conceito. A discussão sobre a “perda de identidade” não faz, para mim, muito sentido. Cá estaremos sempre, no lugar onde já levamos longos “anos de vida”; aqui viveremos como soubermos e pudermos, o mesmo que temos feito até hoje, se não nos der na cabeça pensar, ou sonhar, outras coisas. O que não vai sendo fácil, nestes tempos de profunda mutação, a nível mundial. Mas não é impossível.

Desculpem se não consegui ser mais optimista. Não vos tomo mais tempo.

DEBATE

José Manuel Dias da Fonseca

Muito obrigado. Bom, como é habitual, está aberto o espaço de debate para qualquer questão que queiram pôr ao Eng. Martins Pereira.

Interveniente

A questão que eu punha é a seguinte: a sua visão é um bocado catastrófica, como o Senhor diz. Não sei se estou de acordo ou não, se é boa ou má. Nós, empresários, que temos empresas, temos indústrias, temos trabalhadores – a questão que nos pomos é a seguinte: com as suas teorias, o que é que devemos fazer? Fechamos as portas, mandamos o pessoal embora, damos um tiro na cabeça, ou o que é que fazemos? O Senhor delineou várias estratégias negativistas da nossa situação. O que podemos nós fazer para mudar, já que nos diz que o Michael Porter está enganado? Que solução prevê para esta situação?

João Martins Pereira

Eu disse justamente que não tinha nada a propor. Mas, atenção, também sublinhei – contrariamente ao que acaba de dizer – que não tenho uma visão catastrofista. Desde logo, não se esqueça de uma coisa: uma Inglaterra, que foi a maior potência mundial, um belo dia deixou de o ser, mas apesar disso não deixou de estar entre a dezena de países economicamente mais desenvolvidos. O seu “orgulho nacional”, digamos, andou muito ferido, e ainda anda, mas a ilha não se afundou, os ingleses (globalmente falando) não vivem na miséria, vivem mesmo melhor que há vinte anos, e continuam a constituir uma potência económica e financeira de primeiro plano. Deixaram simplesmente de ser a *potência dominante*. Como um dia, porventura, deixarão de o ser os Estados Unidos e passará a ser o Japão ou seja quem for.

Por isso também, a minha visão para Portugal não é catastrofista. Eu diria, embora não aprecie a palavra, que é “realista”. É claro que, apesar de tudo, haverá sempre muito a fazer: actividades a desenvolver, empresas a crescer, muito trabalho a começar, a começar, diria eu, pela própria emancipação de nós-próprios, pois só nós podemos reflectir, ajuizar, para saber o que queremos e podemos fazer nas áreas em que actuamos. O que vos quis dizer é que, de qualquer maneira, integrados neste sistema que é cada vez mais um sistema mundial, não vamos poder alterar muito significativamente a nossa posição relativamente aos outros países. Não penso, pois, que estejamos em vésperas de entrar em declínio económico. Não há nada que aponte para isso. Mas vamos continuar periféricos e dependentes, como até aqui. Não vejo porque chama catastrofista a esta minha perspectiva.

Interveniente

Não penso que a intervenção que o Sr. Engenheiro fez hoje se possa reportar de catastrofista. Penso, no entanto, que há que considerá-la pessimista. O quadro que o Sr. Engenheiro traça, penso eu, é mais ou menos este, em termos simples: somos o que somos, há cem anos ou mais, e, no essencial manter-nos-emos. Esta é a minha interpretação das suas palavras, mas não é a minha opinião que importa para aqui.

Queria, sim, pôr duas questões, de algum modo interligadas. Em primeiro lugar, quando diz não lhe parecer que o Porter tenha trazido algo de novo ou de muito útil, aí não estarei totalmente de acordo. Isto é, penso que há, pelo menos, uma questão que o Porter traz e me parece a mim de alguma importância. Diz ele: “Bom, vocês, especializar-se, não se especializaram. Vocês sabem do que sabem, acho bem que apostem nisso que já sabem”. Até aí (e estou a pensar, por exemplo, na ideia que havia nos últimos anos, mesmo do ponto de vista do PEDIP, de que podíamos ser um Silicon Valley, que iríamos substituir a Apple, e não sei mais quê) parece-me um primeiro aspecto que acho positivo naquilo que nos vem dizer o Porter.

Depois, há uma segunda questão que, pessoalmente, me preocupa mais, e que é a de saber se é possível ainda hoje nós pensarmos a evolução das economias, digamos, em termos de um paradigma nacional. Precisando, nós continuamos a falar da economia portuguesa, o próprio Porter fala da competitividade “das nações”, etc, etc. E a intervenção do Sr. Engenheiro insere-se também, digamos, neste contexto de uma economia dos 10 milhões que somos.

Valerá a pena continuar a pensar nestes termos? Nomeadamente no contexto da União Europeia, os próprios conceitos de economia regional não se começarão a sobrepor, no fundo, aos conceitos que tínhamos de economia nacional? Um pouco em torno deste novo paradigma, acho que a União Europeia nos vai provavelmente levar a ter de começar a raciocinar nestes termos, e não naqueles em que pensamos agora.

João Martins Pereira

Sem entrar em juízos de valor, estou bastante de acordo com os seus dois pontos, e vou-lhe dizer porquê. De facto, quanto ao primeiro ponto, o Porter tem, a meu ver, alguma razão (e eu ressalvei isso na altura) ao aconselhar-nos a não embarcar em grandes aventuras na área das “indústrias de novas tecnologias”. Agora, atenção, ele tinha obrigação de acrescentar que nenhum país está entre os dez, ou vinte, mais industrializados do mundo (ou deles se aproximará) com 40 % de exportações de produtos de sectores ditos “tradicionais”. E, entre outras coisas, porquê? É que há sectores industriais (quando digo sectores, poderia dizer mesmo sub-sectores ou segmentos) cuja produtividade está limitada pela própria tecnologia. Não é por acaso que (já fiz essas contas) a produtividade de uma EFACEC é 3 ou 4 vezes superior à de uma empresa de cablagens da General Motors. E não pode deixar de ser assim. Fazer cablagens

não permite, pura e simplesmente, por mais que se faça, atingir uma produtividade acima de um certo patamar – e acabou. Como se formos ver a produtividade do sector das confecções em França (por certo tecnologicamente mais avançado do que o nosso), verificamos que a sua produtividade continua a estar entre metade e 1/3 da dos sectores de máquinas industriais, da electrónica ou da química de ponta. Ou seja, o que quer dizer “especializem-se nas indústrias tradicionais, modernizando-as com novas tecnologias”? Quer dizer: “você não vão passar daqui”, em termos relativos (mais precisamente, não vão passar de um certo nível “mediano” de desenvolvimento industrial).

Foi isso justamente o que vos estive a dizer. É possível que não exista outra opção, mas, a ser assim, estaremos inevitavelmente a limitar a produtividade da indústria portuguesa, logo da própria economia. Tão simples como isso, e consistente com a minha tese de que “não vamos apanhar o comboio”.

O seu segundo ponto vem pôr em evidência outra coisa que vos tentei transmitir: a de que Portugal não é um país isolado. Foi o sr. Porter, não eu, quem tratou Portugal como se estivesse isolado, como se pudesse autonomamente decidir, entre outras coisas, criar uma procura, criar indústrias de sucesso, escolher as indústrias em que devemos ou não devemos apostar, lançar marcas próprias no estrangeiro, etc. Não podemos. É evidente. Estamos inseridos num contexto tal (europeu, mundial) que nos limita fortemente a capacidade ou a possibilidade de decidir sobre essas questões e outras, essenciais, que têm que ver, como antes se dizia, com o “nosso destino colectivo”. Estou apenas a constatar um facto. Não estou a dizer se acho “bom” ou “mau” (isso seria outra discussão), estou a dizer apenas: abertura, nas nossas condições, *é isso*, ou arrasta consigo *isso*. Abre-se a porta do galinheiro, e lá vem o desemprego, lá se vai a agricultura, lá irão ou virão muitas outras coisas, boas ou más, cada um julgará.

Resumindo, o que vos quis dizer é que, no plano mundial, existem uma “divisão internacional do trabalho”, as grandes redes de comunicação, os grandes centros produtores de ciência e tecnologia, os *media*, etc, etc tudo coisas que escapam totalmente ao nosso controlo, mas em que estamos “mergulhados” – não estamos isolados, não podemos raciocinar em termos estritamente nacionais. Nesse mundo, nesse conjunto de sociedades, mais avançadas umas, menos outra, saltar de posições, digamos três ou quatro lugares para cima ou para baixo, não é altamente provável (em particular a países com a nossa dimensão e localização), ainda que possa acontecer.

Interveniente

Sr. Engenheiro, eu gostaria de lhe fazer duas perguntas sobre questões que aqui não foram focadas, mas acho que têm uma certa pertinência. Em 1993, o Sr. Engº Cardoso e Cunha, Comissário da Expo-98, disse que o pagamento das empresas deslocadas do local, as infra-estruturas e a montagem da própria exposição não custariam um centavo ao erário público. Fez-me uma

certa espécie. Gostaria que o Sr. Engenheiro me pudesse aclarar, dizendo-me de onde vem esse milagre. Uma outra pergunta que gostaria de pôr era a seguinte: em Portugal, país pouco produtivo (ou melhor, produtor), é um facto, já se chegou a produzir 50 % das nossas necessidades ; hoje só estamos a produzir 25 %, mas, para isso, somos subsidiados, somos subsidiados até para não produzir. Prevê-se que no ano 2000 já só estejamos a produzir 15 %, e é justamente nessa altura que se perspectiva virem a cessar as entradas de fundos europeus. Sendo assim, eu pergunto como é que nós vamos viver, se já estivermos desabituados de produzir.

João Martins Pereira

Quanto à questão da Expo-98, devo dizer que não estou particularmente bem informado. É evidente que, pela experiência de vida que as pessoas têm, a tendência natural, quando se ouvem coisas dessas (que a Expo não vai custar nada aos contribuintes; e de passagem noto que para isso não é preciso que passe pelo Orçamento, basta que se consumam recursos para os quais houvesse aplicações socialmente mais rentáveis) é para nos rirmos da piada... Mas efectivamente nunca me debrucei sobre as continhas, as estimativas de investimento e de receitas futuras, etc. Por isso vos vou dar uma simples opinião: estou convencido de que nos vai sair caro, e mesmo muito caro.

Pelo que já estamos a ver, o próprio Orçamento já começou a destinar verbas ao empreendimento, e mais virão, certamente. Depois, o esquema empresarial adoptado não foi feito obviamente para facilitar o controlo público das despesas. E para obter que benefícios? Para além da operação de propaganda política e ideológica (os oceanos, as Descobertas, nunca mais saímos disso!) e dos esperados lucros da operação imobiliária, a compensação mais palpável limitar-se-á (mas a que custos?) às pessoas que vivem em Lisboa, provavelmente. Assim será se se fizerem as novas redes e infra-estruturas de transportes que estão previstas. E é com certeza interessante ganhar para a cidade aquela zona degradada, se vier a ser ganha em qualquer sentido – pois haverá que ver *em que sentido*. Mas teria sido impossível recuperar essa área de forma socialmente útil sem esta gigantesca operação? Mesmo para os transportes, não haveria outras prioridades?

Daqui decorre que eu tenha seriíssimas reservas em relação ao projecto da Expo-98, e compreenda perfeitamente quando outras regiões do país se revoltam face a empreendimentos como este. A minha revolta – emocional, sem estudo do problema, repito –, essa, é a reacção pura de um cidadão a quem parece, à partida, tratar-se de uma coisa desmedida e desproporcionada. De um cidadão que já assistiu aos entusiasmos de há 20 anos com o projecto de Sines...

Quanto à questão dos alimentos, de ter-se andado a investir na agricultura e agora se pagar para as pessoas não trabalharem, voltamos sempre à mesma ... Quero dizer, isto deriva em boa parte de estarmos metidos num “bolo” (o europeu), de que somos uma ínfima fatia, e em que temos de andar

sempre a trocar umas coisas por outras – na melhor das hipóteses, umas más por outras supostamente menos más. Se recordarmos o que dizia o outro, o americano de que vos falei, digamos que 5 % das pessoas dão para alimentar toda a gente. No nosso caso, como diz o nosso amigo, esses 5 % das pessoas serão simplesmente “europeus”, não necessariamente portugueses. A Europa é a Europa, nós uma simples “região europeia”. É esta a “ideologia europeia”, que impregna a tal ponto o discurso, e a burocracia, comunitários, que se chega por vezes a situações caricatas, totalmente desfasadas das realidades.

Dou-vos um exemplo, que acho absolutamente extraordinário. A partir de um dado momento estabeleceu-se, no papel, que estava “realizado” (é a expressão oficial) o Mercado Único. Sendo assim, houve quem considerasse (e os governos aprovaram) que, desde logo, mesmo sem moeda única nem política económica e financeira única, deixava de fazer sentido falar-se de exportações e importações entre os países europeus, que passavam a ser vistos como meras “regiões”. Assim se fez, aboliram-se as alfândegas, e, como resultado, deixámos de ter estatísticas seguras do comércio intra-europeu. Como se Portugal fosse uma espécie de Algarve da Europa, a Espanha uma espécie de Alentejo, etc. Parece inacreditável, mas é um facto: desde o ano passado, com a entrada em vigor do novo método de apuramento (por declaração das empresas), deixámos de saber em rigor o que exportamos e importamos para e dos outros países europeus (mais de 70 % do nosso comércio externo).

À custa desta autêntica “antecipação ideológica” (uma espécie de federalismo *avant la lettre*), como se pode continuar a falar em promover ou incentivar as exportações, ou em reagir face a crescentes importações, quando deixou de ser possível avaliar com precisão os resultados de tais medidas? No dia em que, por hipótese, a agricultura descer ao “grau zero” e importarmos todos os bens alimentares, provavelmente nem o iremos saber: veremos agricultores, mas pode suceder que apenas “produzam” para receber um subsídio e deitar fora o que produziram. E o mesmo se poderá passar talvez com a pesca, com a energia (se ela vier mais barata da “região” espanhola, ou da francesa).

Se não há fronteiras, porque havemos de querer produzir no Alentejo, e não na Andaluzia? É preciso saber, quando as pessoas aceitam as coisas, o que vem atrás. É uma vez mais o problema das galinhas, da raposa e da “abertura”. Dizem-nos (disseram-nos) que não havia alternativa. Até estou pronto a admiti-lo, mas o facto é que nunca foram postas “na mesa” as grandes questões, os problemas. Ora tudo isto teria valido a pena discutir e pensar. E continua a valer. Por exemplo, não será legítimo interrogar-nos sobre se a indústria portuguesa seria hoje, de facto, muito diferente do que é se não tivéssemos aderido à Comunidade (e mantido um Acordo de livre comércio)? Entendam-no como uma provocação, se quiserem, mas insisto: os empresários portugueses teriam deixado de investir, à falta dos subsídios? E os estrangeiros, não teriam vindo na mesma, instalar (ou comprar) empresas? E a própria sociedade? Em que seria

tão fundamentalmente diferente, para melhor ou para pior, segundo as áreas, e os critérios sempre discutíveis? E ainda que o balanço seja (fosse) positivo, como se repartiram os benefícios e os prejuízos, e porquê? Só sei que tudo isto são questões que merecem reflexão, e que às vezes penso nestas coisas.

Interveniente

Sr. Engenheiro, diz-nos que não temos possibilidades de estar no Top Ten mundial. E eu lembro-lhe que os países onde se vive melhor não são os do Top Ten. Os países do norte da Europa, que importam muitos alimentos e muitas outras coisas. Lembro-lhe, por exemplo, que a Finlândia, depois da 2ª Guerra Mundial, era um país totalmente destroçado, com elevadas dívidas à Rússia, e hoje é um dos países com maior produto *per capita* do mundo. Não faz parte do Top Ten, mas é dos países onde se vive melhor. Será que estas pessoas aqui querem pertencer ao Top Ten, à beira da Rússia, do Japão, dos Estados Unidos, da Alemanha, ou gostariam de fazer parte do grupo de países onde se vive melhor, como são os países do norte da Europa? Esta é uma questão que coloco.

Outra questão que punha era a seguinte. O Senhor diz que não temos nada de diferente em relação à Europa. Eu lembro-lhe que somos o maior exportador mundial de cortiça, somos dos países do mundo onde há melhores vinhos, temos condições características para o turismo, que poderá ser a indústria do futuro, e pergunto-lhe: ainda acredita que o português não vai ser capaz de dar a volta por cima? Ou melhor, que estamos atrasadíssimos e não podemos vir a ser um dos países em que se vive melhor, não digo dos Top Ten, mas viver ao nível em que vivem, por exemplo, os finlandeses, os suecos, os dinamarqueses?

João Martins Pereira

Se bem entendi as suas questões, muito interligadas, pensa que uma coisa é “viver melhor”, outra pertencer ao grupo dos países mais avançados, a que chama os Top Ten, isto é, que podemos “viver melhor” sem pretender comparar-nos a esse grupo. Nisso estou totalmente de acordo consigo, e tenho pena de, por má gestão do tempo, não ter podido desenvolver um pouco mais os aspectos relacionados com a sociedade, em que caberiam esse tipo de questões. Mas, dito isto, não sei se os seus exemplos serão os melhores, pois os países nórdicos que referiu estão justamente considerados entre os Top Ten, em termos de “riqueza”. Julgo que se estará a referir sobretudo aos problemas da repartição, e da organização social. Mas lembro-lhe, pela minha parte, que quem coloca como objectivo “apanhar o comboio” (ou “pertencer ao grupo da frente”) dos países mais avançados, não sou eu, mas os nossos responsáveis políticos. Eu apenas tentei mostrar que não existem condições para isso, o que não nos impedirá de “viver melhor” e, se disso formos capazes, nos batermos por uma sociedade mais justa.

Agora quando refere que “podemos dar a volta por cima” a partir dos vinhos, da cortiça (ou mesmo do turismo), já ponho muitas reservas. Se temos

boas possibilidades de exportar vinhos e cortiça, nada contra. Mas é bom ter consciência de que um país que se especializa nesse tipo de actividades nunca “apanhará” os níveis de vida dos que se especializaram em máquinas, no aero-espacial ou na electrónica, ou daqueles que, de longa data, se especializaram em tecnologias próprias, sofisticadas, adequadas aos seus recursos, com base em altos níveis de educação e investigação (caso dos países nórdicos, ciosos ainda por cima, alguns deles, de independências recentes, e todos eles a dois passos dos grandes mercados e dos grandes centros da cultura e da ciência europeias).

Fica apenas de pé a indefinição quanto ao que cada um entende por “viver melhor” e até que ponto podemos ir. Nisso há vasta matéria para ponderação, política naturalmente.

José Manuel Dias da Fonseca

Resta-me agradecer. Muito obrigado.

Titulo

CONFERÊNCIAS DE MATOSINHOS
Indústria e Sociedade Portuguesa Hoje

Autor

João Martins Pereira

Editor

PÁGINA A PÁGINA

Capa



Fotolito e pré - impressão

ARTESTÚDIO, Guimarães

Impressão e Acabamento

CEM – Companhia Editora do Minho

Depósito Legal n.º 86079/95

Rua Alberto Aires de Gouveia, 27
4050 PORTO
Telefs. 6062671 / 6062286 / 6062287 / 6062559
Fax 6006557

CONFERÊNCIAS DE MATOSINHOS

Indústria e Sociedade

Portuguesa Hoje

JOÃO MARTINS PEREIRA

No sentido de proporcionar pontos de partida para uma reflexão séria sobre os grandes temas que, de algum modo, afligem o nosso tempo, entendeu a Câmara Municipal de Matosinhos organizar uma série de intervenções, convidando personalidades exemplares da nossa vida política, social e cultural.

Cada sessão proporciona um conjunto de comentários e propostas ante a realidade portuguesa, constituindo elementos de reflexão e instrumentos efectivos para o exercício quotidiano da cidadania.

As Conferências de Matosinhos reflectem, enquanto iniciativa de uma Câmara politicamente afirmada uma atitude evidente de pluralismo e abertura, sem sectarismos ideológicos nem preocupações partidárias.

A edição em fascículos das intervenções entretanto passadas da sua expressão oral à fixação do texto, sublinha e completa quanto foi dito.

Narciso Miranda

Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos